

Banco Boavista Interatômico S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Núcleo Cidade de Deus - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, do Banco Boavista Interatômico S.A. ("Boavista"), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, o Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 159,4 milhões, correspondente a R\$ 62,05 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 2.583,9 milhões e Ativos Totais de R\$ 2.625,7 milhões.

Osasco, SP, 26 de julho de 2017.
Diretoria

	2017	2016		2017	2016
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	938.980	958.849	CIRCULANTE	31.058	19.425
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES	19.425	19.425
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	598.348	596.956	Sociais e Estatutárias (Nota 11c)	1.514	1.345
Aplicações no Mercado Aberto	38.988	22.630	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	29.251	17.849
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	560.360	574.326	Diversas (Nota 10b)	293	231
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	7.064	8.026			
Vinculados à Prestação de Garantias	7.064	8.026	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	10.794	38.710
OUTROS CRÉDITOS	332.866	353.865	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.794	38.710
Rendas a Receber (Nota 7a)	77.680	152.962	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	1.786	27.239
Diversos (Nota 7b)	254.886	200.897	Diversas (Nota 10b)	9.008	11.411
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	240.749	336.699	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.583.859	2.504.663
OUTROS CRÉDITOS	240.749	336.699	Capital:		
Rendas a Receber (Nota 7a)	97	147	- De Domiciliados no País (Nota 11a)	1.350.000	1.350.000
Diversos (Nota 7b)	240.652	336.552	Reservas de Lucros (Nota 11b)	1.240.105	1.163.418
PERMANENTE	1.445.982	1.267.250	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(6.246)	(8.755)
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1.445.982	1.267.250			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	1.440.924	1.262.143			
Outros Investimentos	21.510	21.559			
Provisões para Perdas	(16.452)	(16.452)			
TOTAL	2.625.711	2.562.798	TOTAL	2.625.711	2.562.798

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	33.930	39.398
Operações de Crédito	713	208
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	33.217	39.190
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	33.930	39.398
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	144.046	138.162
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(9.469)	(9.351)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(2.649)	(6.329)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	133.283	66.371
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	32.379	128.098
Outras Despesas Operacionais (Nota 15)	(9.498)	(40.617)
RESULTADO OPERACIONAL	177.976	177.560
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	177.976	177.560
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	(18.563)	(35.947)
Provisão para Imposto de Renda	(19.875)	(19.875)
Provisão para Contribuição Social	(8.939)	(16.703)
Ativo Fiscal Diferido	1.051	741
LUCRO LÍQUIDO	159.413	141.613
Número de ações (Nota 11a)	2.569.275,469	2.569.275,469
Lucro por lote de mil ações em R\$	62,05	55,12

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	177.976	177.560
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(150.449)	(118.664)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(133.283)	(66.371)
Amortizações de Ativo	8.151	8.151
(Reversão)/Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	(9.462)	(9.352)
Varição Cambial/Outras Provisões	(15.755)	(61.501)
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	27.527	58.896
Aumento em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(78.180)	(36.165)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(380)	90
Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.463	31.149
Redução em Outras Obrigações	(9.880)	(9.015)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.718)	(43.399)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(67.178)	1.556
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Investimentos	-	1.604
Dividendos Recebidos das Coligadas e Controladas	1.507	574
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	1.507	2.178
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	-	(982)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	(982)
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(65.671)	2.752
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	104.661	19.880
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	38.990	22.632
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(65.671)	2.752

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Boavista Interatômico S.A. ("Boavista" ou "Instituição") é uma instituição financeira múltipla, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas atividades conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), inclusão, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das projeções estabelecidas por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* diária e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários
• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Em decorrência da alteração da alíquota, o Boavista constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas atuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

g) Investimentos
Os investimentos em controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital volante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Em 30 de junho - R\$ mil		Resultado de equivalência patrimonial	
	2017	2016	2017	2016
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	2017	2016
Tibre Holdings Ltda.	310.000	384.708	23.861	28.693
Embauba Holdings Ltda.	326.000	572.379	95.056	17.442
Banco Bradesco BBI S.A. (2)	4.870.000	9.122.118	10.208	15.461
Banco Bradesco BBI S.A. - Ágio (2)	-	-	-	-
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	1.028.459	1.737.107	4.154	4.673
Caeté Holdings Ltda. (3)	-	-	-	93
Marselha Holdings Ltda.	344.800	665.366	4	9
Total			133.283	66.371

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;
(2) O ágio apurado na aquisição de investimento totalizou R\$ 120.899 mil (2016 - R\$ 137.201 mil), líquido das amortizações acumuladas, por rentabilidade futura, que é amortizado em até 10 anos; e
(3) Investimento alienado por redução de capital desproporcional conforme Instrumento de Alteração do Contrato Social da Caeté Holdings Ltda. de 31.3.2016.

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559
Ações e cotas	5.411	5.411
Títulos patrimoniais	42	42
Outros investimentos	1.498	1.547
Subtotal	21.510	21.559
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em ações e cotas	(5.411)	(5.411)
Provisão para perdas em outros investimentos	(509)	(509)
Subtotal	(16.452)	(16.452)
Total	5.058	5.107

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Coligadas e Controladas	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2015	1.350.000	62.971	960.179	(77)	-	2.373.073
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(6.678)	-	(6.678)
Lucro Líquido	-	-	-	-	141.613	141.613
Destinações - Reservas	-	7.081	133.187	-	(140.268)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.345)	(1.345)
Saldos em 30.6.2016	1.350.000	70.052	1.093.366	(8.755)	-	2.504.663
Saldos em 31.12.2016	1.350.000	71.424	1.010.782	(4.928)	-	2.427.278
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.318)	-	(1.318)
Lucro Líquido	-	-	-	-	159.413	159.413
Destinações - Reservas	-	7.971	149.928	-	(157.899)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.514)	(1.514)
Saldos em 30.6.2017	1.350.000	79.395	1.160.710	(6.246)	-	2.583.859

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não são reconhecidos nos critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	2	2
Total de disponibilidades (caixa)	2	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	38.988	22.630
Total de caixa e equivalentes de caixa	38.990	22.632

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Aplicação no mercado aberto:	Em 30 de junho - R\$ mil	
	1 a 30 dias	91 a 180 dias
Posição bancada	38.988	-
Letras do tesouro nacional		

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Com essa classificação, temos as autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o transitio em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de latramento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 36.076 mil.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições a recolher (1).....	17.625	37.591
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros.....	11.626	-
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 17c).....	1.786	1.127
Provisões fiscais (Nota 9b - III).....	-	6.430
Total	31.037	45.148

(1) Inclui R\$ 17.068 mil (2016 - R\$ 37.180 mil) referente ao PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (Nota 18a).

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisões civis (Nota 9b - III).....	8.707	11.411
Outras contingências.....	301	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 18b).....	188	123
Provisão para pagamentos a efetuar.....	96	107
Outras.....	9	1
Total	9.301	11.642

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social no montante de R\$ 1.350.000 mil (2016 - R\$ 1.350.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.569.275.469 ações ordinárias, nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros.....	1.240.105	1.163.418
- Reserva legal (1).....	79.395	70.052
- Reserva estatutária (2).....	1.160.710	1.093.366

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido.....	159.413	141.613
(1) Reserva de provisões operacionais (2).....	(7.971)	(7.081)
Base de cálculo ajustada	151.442	134.532
Dividendos propostos.....	1.514	1.345
Percentual em relação à base de cálculo ajustada.....	1,0%	1,0%
Valor em Realis por lote de mil ações.....	0,59	0,52

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Amortização de ágios.....	8.151	8.151
Serviços técnicos especializados.....	1.153	1.052
Propaganda, promoções e publicidade.....	102	111
Serviços do sistema financeiro.....	11	9
Outras.....	52	28
Total	9.469	9.351

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Contribuição à Cofins.....	2.177	5.294
Contribuição ao PIS.....	354	860
Impostos e taxas.....	118	175
Total	2.649	6.329

14) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Outras receitas financeiras (1).....	22.602	8.688
Reversão de provisões operacionais (2).....	3.777	33.550
Outras (3).....	-	85.850
Total	32.379	128.088

(1) Em 2017, inclui R\$ 15.755 mil de variação cambial de valores a receber em euro (Nota 7b);
 (2) Em 2016, inclui R\$ 33.388 mil referente à baixa da provisão para valores a receber de liquidação duvidosa (Nota 7b); e
 (3) Em 2016, compreende, substancialmente, a provisão para valores a receber dos ex-controladores.

15) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Outras despesas financeiras (1).....	9.303	39.525
Provisões civis.....	103	64
Outras.....	92	1.028
Total	9.498	40.617

(1) Em 2016, inclui R\$ 30.351 mil de variação cambial de valores a receber em euro (Nota 7b).

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas e Controladas	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Aplicações no mercado aberto.....	38.988	22.630	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	560.360	574.326	-	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos a receber.....	-	-	77.777	153.115
Passivos				
Dividendos a pagar.....	(1.514)	(1.345)	-	-
Total	598.834	605.611	77.777	153.115

Recalculação de intermediação financeira

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Recalculação de intermediação financeira.....	32.822	38.657

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 72 mil (2016 - R\$ 84 mil) para remuneração dos Administradores. A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento baseado em Ações, aprovado pela resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	177.976	177.560
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(80.089)	(79.902)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	59.977	29.867
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(11.122)	(98)
Outros valores (2).....	2.671	15.076
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(18.563)	(35.947)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e
 (2) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(19.614)	(36.688)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias.....	1.598	2.783
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social.....	-	(450)
Prejuízo fiscal.....	(547)	(1.592)
Total dos impostos diferidos	1.051	741
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(18.563)	(35.947)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização
Provisões civis.....	5.109	60	1.713
Provisões fiscais.....	67.226	48	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	6.108	-	6.108
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	-	-	29
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	2	1	2
Agio amortizado.....	13.943	3.260	-
Outros.....	9.057	2.796	2.851
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	101.474	6.165	4.566
Prejuízo fiscal e base negativa.....	547	-	547
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	102.021	6.165	5.113
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10)	1.515	551	280
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	100.506	5.614	4.833

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa

	Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2017.....	13.176	7.756	20.932
2018.....	13.926	8.366	22.292
2019.....	15.318	10.082	25.400
2020.....	11.235	7.382	18.617
2021.....	9.235	6.597	15.832
Total	62.890	40.183	103.073

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 97.950 mil (2016 - R\$ 31.297 mil) de diferenças temporárias. Todos os créditos tributários do Boavista foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.786 mil (2016 - R\$ 1.127 mil) relativa à atualização monetária de depósitos judiciais.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Por força do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Integração Empresarial e Outros Pactos, de 7 de julho de 2000, firmado com o Banco Bradesco S.A., os ex-controladores do Boavista, julgaram oportuno o exercício da opção para aderir ao PAES, objetivando o parcelamento de débitos tributários previdenciários junto à Unibanco, por eles garantidos, os quais vinham sendo questionados nas esferas administrativa e judicial, no montante de R\$ 165.340 mil, conforme faculdade instituída pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Conforme a referida legislação, os valores objeto de parcelamento serão quitados no prazo mínimo de 120 meses e máximo de 180 meses, devidamente atualizados pela T.J.P.

b) A avaliação de ativos e passivos relativos às obrigações fiscais de R\$ 17.068 mil (2016 - R\$ 37.180 mil) e o respectivo direito a receber dos ex-controladores R\$ 14.559 mil (2016 - R\$ 31.698 mil), por força do citado instrumento estão, respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 10a) e outros créditos - diversos (Nota 7b).

c) A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduziu a uma constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Boavista como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.506/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação da Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível quantificar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se, a adoção dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Boavista Interatlântico S.A.
 Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Osasco, 18 de agosto de 2017
 André Dala Pola
 Contador CRC 1SP214007/O-2

Com o **VALOR DIGITAL**, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.

ACESSE: VALOR.COM.BR